



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA
Gabinete da Presidência

**GABINETE DE ARTICULAÇÃO PARA ENFRENTAMENTO DA
PANDEMIA NA EDUCAÇÃO NO ESTADO DE RONDÔNIA (GAEPE/RO)**

Ata da Reunião GAEPE – 28.04.20

(1ª Reunião)

Aos vinte e oito dias do mês de abril do corrente ano de 2020, reuniram-se, por videoconferência: o Excelentíssimo Senhor Presidente do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, Paulo Curi Neto, o Excelentíssimo Senhor Conselheiro José Euler P. P. de Mello, ambos representando esta Egrégia Corte de Contas; o Excelentíssimo Senhor Procurador-Geral do Ministério Público de Contas (MPC/RO), Adilson Moreira de Medeiros, bem como a Excelentíssima Procuradora de Contas Yvonete Fontinelle de Melo; o Excelentíssimo Senhor Desembargador Isaías Fonseca Moraes, representante do Tribunal de Justiça (TJ/RO); o Excelentíssimo Senhor Defensor Público Sérgio Muniz Neves, representante da Defensoria Pública do Estado (DPE/RO); o Excelentíssimo Senhor Promotor de Justiça e Coordenador do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Educação e Infância – GAEINF, Marcos Giovane Ártico; o Excelentíssimo Senhor Conselheiro do Tribunal de Contas do Rio Grande do Sul e Presidente do Comitê Técnico de Educação do Instituto Rui Barbosa (CTE-IRB), César Miola; o Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Educação (SEDUC/RO), Suamy Vivecananda Lacerda de Abreu; o Senhor Presidente do Conselho Estadual de Educação (CEE/RO), Horácio Batista Guedes; o Senhor Presidente da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME/RO), Vilson Sena de Macedo; a Senhora Coordenadora da União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação (UNCME/RO), Ana Lúcia Dias Carneiro; e, representando o Instituto Articule, a Senhora Alessandra Gotti e o Senhor Ismar Barbosa da Cruz, a fim de discutirem a pauta que havia sido disponibilizada com antecedência e que versou sobre as tratativas já em curso nas diferentes instituições relacionadas ao tema do ensino remoto.

1) O que foi discutido

O Presidente do Tribunal de Contas abriu a reunião de implantação do GAEPE mencionando ser o Dia Mundial da Educação e salientando a importância da colaboração do Instituto Rui Barbosa devido à sua vasta experiência no âmbito educacional, mencionou a participação do Instituto Articule no direcionamento das reuniões, apresentando seus representantes aos componentes da reunião. Fez menção aos propósitos deste Gabinete que são os desafios e os meios facilitadores para a educação nesses tempos de pandemia e saudou os demais partícipes. Ressaltou, por fim, a importância da participação dos gestores da educação do estado nas futuras reuniões.

O Conselheiro do Tribunal de Contas do Rio Grande do Sul e Presidente do Comitê Técnico de Educação do Instituto Rui Barbosa saudou a todos, dizendo estar contribuindo com outros Tribunais de Contas junto mesmo ao próprio Articule, e citou o Parecer do Conselho Nacional de Educação que está em fase de homologação e que será importante base para nortear essa nova realidade de ensino remoto, tendo em vista que tal ensino não se



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA

Gabinete da Presidência

limitará a internet, mas que para alcançar o máximo de discentes de maneira equitativa o desenvolvimento do uso de meios como o rádio será de suma relevância.

Os representantes do Articule apresentaram a articulação, seu escopo e resultados, bem como citou que o GAEPE, como um todo, visa analisar uma visão macro da situação e estabelecer um diálogo interinstitucional com os gestores a fim de efetuar ações eficazes e tempestivas, criando alinhamento e evitando judicializações desnecessárias. Nesta senda, o presidente do Tribunal de Contas complementou citando o apoio e a seguridade jurídica que as futuras investidas do GAEPE representarão para os gestores.

O auditor de controle externo, Senhor Bruno Botelho Piana, apresentou as constatações e resultados já alcançados na área da educação, pelo Tribunal, até o presente momento. O também auditor de controle externo, Senhor João Marcos, informou que o relatório técnico que abarca as questões supracitadas está em fase de correção e redação das propostas de encaminhamento. Todavia, expôs que se discute a questão jurídica do retorno às atividades presenciais e a elaboração de um plano de reposição dos conteúdos já em atraso, acrescentando que a matriz abarca o risco de um retorno presencial prematuro.

O Procurador-geral do Ministério Público de Contas levantou duas questões: a primeira se refere às merendas escolares, sugerindo que os recursos não usados para adquirir os alimentos sejam diretamente repassados às famílias dos alunos por meio de cartões alimentação; a segunda trata do grande êxodo de profissionais da educação neste momento mediante pedidos em massa de aposentadoria, o que requer atenção do estado no sentido de criar mecanismos de estímulo à permanência na atividade educacional.

O Ministério Público estadual pontuou o papel das famílias neste momento de estresse, muitas famílias não tem estrutura econômica e/ou como assistir seus filhos com as atividades escolares e dos desafios resultantes disso na educação à distância. Sob um aspecto pedagógico, apesar dos sobreditos obstáculos, não ministrar nenhum conteúdo na rede pública significará uma maior discrepância de ensino com relação ao ensino particular. O presidente do GAEINF acrescentou, também, que o envio das atividades colabora para manter o vínculo entre escola e aluno, sendo de suma importância para minimizar a evasão escolar.

O Defensor público, representando a Defensoria Pública Estadual, relatou que tais atividades à distância não são suficientes para passar todo o conteúdo de maneira adequada, acarretando prejuízos à aprendizagem, principalmente, da população mais carente e desprovida de recursos de conexão remota. Enfim, externou sua preocupação inclusive com a subsistência cotidiana das famílias menos abastadas, no que foi apoiado por outros membros.

2) O que ficou deliberado

Como encaminhamento, restou acordado que as instituições, nos seus respectivos âmbitos de atuação, devem apresentar mais detalhamentos sobre as ações relativas aos seguintes pontos:



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA
Gabinete da Presidência

1. Avaliar os requisitos que balizariam a análise do decreto para firmar um consenso para a possibilidade de volta das aulas presenciais no dia 04/05.

2. Como estão sendo aplicadas as atividades remotas cogitando hipóteses como rádio e televisão.

3. Na próxima reunião deste Gabinete façam parte: o Secretário Estadual de Educação (SEDUC/RO), o Presidente da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME/RO), um representante da Associação Rondoniense de Municípios (AROM).

4. Instituir o ensino remoto, a fim de fortalecer a relação entre a escola e o discente.

5. Ao Defensor Público ficou ajustada a atribuição de confeccionar um apanhado das demandas do ensino público que já chegaram ao judiciário.

Ficou marcada nova reunião para o dia 08.05.20, às 14h (quatorze horas).

Nada mais havendo a ser tratado, foi então lavrada a presente ata por mim, Bruno Botelho Piana, Auditor de Controle Externo, Matrícula n. 504. O referido é verdade e dou fé.